



# VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES  
SECURITY  
AND HUMAN RIGHTS

## IN MOZAMBIQUE *BULLETIN*

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Quinta - feira, 17 de Novembro de 2022 | Ano 2, n.º 22 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

## Delegação de alto nível e parceiros reiteram apoio à adesão de Moçambique na Iniciativa dos Princípios Voluntários

Uma delegação de alto nível da Iniciativa dos Princípios Voluntários (IPV) visitou Moçambique entre os dias 07 e 11 de Novembro, com o objectivo de dar continuidade ao diálogo e prestar o apoio necessário ao Governo para implementar os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. A missão incluía representantes da Suíça, do Reino Unido e de organizações internacionais membros da IPV.



**N**a terça-feira, 8 de Novembro, foi realizado um evento de alto nível com objectivo de sensibilizar e dar continuidade ao diálogo e ao apoio necessário ao Governo de Moçambique na implementação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. Além disso, o evento também visava partilhar informações sobre o contexto mais amplo de negócios, segurança e direitos humanos.

O evento contou com a presença de diversas personalidades, com destaque para Elone Chichava - em representação da Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos; S. Ex<sup>a</sup> Helen Lewis - Alta-Comissária Britânica em Moçambique; Laila Sheikh Rüttimann - Chefe Adjunta da Embaixada da Suíça e Chefe da Cooperação Suíça em Moçambique; Annie McGee - Chefe da Equipa de Minerais de Conflito e Segurança Privada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Commonwealth e Desenvolvimento do Reino Unido; Frédéric Chenais - Departamento dos Negócios Estrangeiros da Suíça; Dr Alan Bryden - Chefe da Divisão de Negócios e Segurança do DCAF (Centro de Governação do Sector de Segurança de Genebra); Dr. Alex Vines - Director do Programa África na Chatham House; Dr. Jamie Williamson - Director Executivo da Associação do Código de Conduta Internacional para Provedores de Segurança Privada (ICoCA).

O Prof. Adriano Nuvunga, Director executivo do CDD, fez um breve discurso de boas-vindas e de contextualização do evento, tendo destacado

que o extremismo violento que assola Cabo Delgado desde Outubro de 2017 continua a impedir o desenvolvimento dos projectos de gás natural da Bacia do Rovuma e, nas últimas semanas, aumentou a insegurança em volta dos projectos de extracção de rubis.

“Por isso a importância estratégica dos Princípios Voluntários como um mecanismo que pode trazer as empresas, o Governo e a sociedade civil numa plataforma de diálogo para encontrar uma compreensão aprofundada da natureza do conflito e uma melhor forma de abordar os problemas para que todos possam se sentir parte”.

O Director executivo do CDD fez notar que a exploração de recursos naturais em todo o mundo, particularmente nos países africanos onde os sistemas democráticos ainda não estão sólidos, requer a presença de segurança pública e privada. “Mas a melhor estratégia é aquela em que a segurança das regiões produtoras conta com a participação das comunidades. Não é a quantidade de armas que interessa, mas sim o quão envolvemos as comunidades e asseguramos o seu direito ao desenvolvimento”.

A implementação dos Princípios Voluntários em Moçambique é uma iniciativa liderada pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e conta com o Secretariado do CDD e o apoio técnico do DCAF - Centro de Genebra para a Governação do Sector de Segurança. A iniciativa conta com o apoio financeiro dos Governos do Reino Unido e da Suíça.

### **“Nosso trabalho tem mostrado avanços significativos na implementação do Princípios Voluntários em Cabo Delgado”, Elone Chichava, Ministério da Justiça**

Falando em representação do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, o jurista Elone Chichava fez notar que o Governo iniciou o diálogo sobre os Princípios Voluntários ciente dos desafios que o país enfrenta na protecção e promoção dos direitos humanos, particularmente no quadro da responsabilidade social e corporativa das empresas multinacionais de exploração de recursos naturais junto das comunidades locais. “Mas o nosso trabalho tem mostrado avanços significativos na implementação dos Princípios Voluntários em Cabo Delgado, através do Grupo de Trabalho Técnico instalado naquela província desde Março”.



O representante do Ministério da Justiça lembrou que o evento de alto nível sobre os Princípios Voluntários ocorre num contexto em que Moçambique foi eleito como Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo como prioridade a paz e segurança. “Como forma de mostrar o com-

promisso na defesa e promoção dos direitos humanos, o Governo de Moçambique criou o Comité Interministerial para os Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, órgão que irá flexibilizar a implementação dos direitos humanos, rompendo com a letargia que existia no passado”.

### **“Compromisso do Governo, da sociedade civil e do sector privado é importante para aumentar a conscientização e a responsabilidade social corporativa”, S. Ex<sup>a</sup> Helen Lewis, Alta-Comissária Britânica em Moçambique**

A Alta-Comissária Britânica em Moçambique, S. Ex<sup>a</sup> Helen Lewis, fez questão de destacar que o Reino Unido é um dos membros fundadores desta Iniciativa dos Princípios Voluntários. “Nós reconhecemos o valor e a importância desta iniciativa em juntar governos, empresas e organizações não-governamentais para trabalharem de forma construtiva com vista a minimizar os riscos de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados à segurança nas comunidades, bem como promover a transparência e boas práticas de responsabilidade social corporativa”, defendeu.

Como uma iniciativa de múltiplas partes interessadas, os Princípios Voluntários trazem benefícios para os seus membros, pois estão bem alinhados com os objectivos das políticas governamentais de protecção de direitos humanos, promoção do desenvolvimento, prevenção e redução de conflitos; ajudam o sector privado a reduzir os impactos relacionados com a segurança nas comunidades e contribuem para a estabilidade operacional, o que é bom para os negócios; criam oportunidades para organizações não-governamentais promoverem uma cultura de transparência e prestação de contas.

Algumas empresas em Moçambique já implementam os Princípios Voluntários, mas a Alta-Comissária Britânica ressalta a importância de ter um quadro abrangente envolvendo a sociedade civil e o Governo, pois ajuda a garantir a aplicação universal de maneira sustentável. “Não nos



esqueçamos que as comunidades muitas vezes desconhecem os seus direitos humanos, principalmente em relação às empresas. Portanto, a educação e o compromisso do Governo, da sociedade civil e do sector privado são importantes para aumentar a conscientização e a responsabilidade social corporativa”.

Além de apoiar o lançamento dos Grupos de Trabalho Nacional e de Cabo Delgado sobre os Princípios Voluntários, o Reino Unido financiou o relatório do Chatham House sobre os Princípios Voluntários e sua relevância para Moçambique, o estudo de base sobre a situação de negócio, segurança e direitos humanos em Cabo Delgado, e por último, o treinamento de 300 oficiais das Forças Armadas em Cabo Delgado.

## **“Moçambique está a enviar uma forte mensagem ao mundo para aderir a esta iniciativa”, Laila Sheikh Rüttimann, Chefe Adjunta da Embaixada da Suíça**

Por sua vez, Laila Sheikh Rüttimann, Chefe Adjunta da Embaixada da Suíça e Chefe da Cooperação em Moçambique, falou da excelente cooperação entre o CDD, o DCAF e o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos. “Em apenas 18 meses este grupo de actores dedicados conseguiu criar uma plataforma nacional e de prevenção. Além disso, foi iniciada uma base de pesquisa local pelo CDD e DCAF, analisando pontos de entrada para abordar a segurança e os direitos humanos em Cabo Delgado”.

A Chefe Adjunta da Embaixada da Suíça fez notar que a manifestação de interesse feita pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, para a adesão de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários é um grande impulso. “Moçambique está a enviar uma forte mensagem ao mundo para aderir a esta iniciativa, deixando claro para todos os actores que todas as empresas neste solo devem aderir aos padrões de direitos humanos, e isso não é negociável. A Suíça, juntamente com os seus parceiros, estará presente para acolher calorosamente o Governo de Moçambique ao aderir à Iniciativa dos Princípios Voluntários”.

Laila Sheikh Rüttimann alertou que apesar da legislação ser importante e incentivar as empresas a criarem sistemas para gerenciar os riscos de segurança e direitos humanos, a realidade no terreno mostra que as coisas são bem diferentes. “Quando



falamos de problemas concretos precisamos de uma estrutura, precisamos de algumas coisas com as quais todos podemos concordar, e precisamos de uma rede de pessoas. Os Princípios Voluntários estabelecem um padrão de como as empresas devem gerenciar as suas operações de segurança”.

Juntamente com o Reino Unido, Noruega e os Países Baixos, a Suíça contribui para um fundo de vários doadores sobre segurança e direitos humanos. “Este fundo permite uma abordagem conjunta e coordenada de temáticas de segurança e direitos humanos e gostaríamos muito de receber outros membros para se juntarem e reforçarem este movimento”.

## **“Moçambique ainda não domesticou os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”, Luís Bitone, Presidente da CNDH**

O Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Luís Bitone, começou por lembrar que Moçambique participou da aprovação e adoptou os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Neste momento, o Governo, através do Ministério da Justiça, está a trabalhar para assegurar a adesão de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários. “Mas não basta a adopção de normas internacionais. É preciso criar instituições apropriadas e desenvolver uma cultura de direitos humanos. É importante ter o compromisso do Estado. Em relação ao que acontece com outros instrumentos sobre direitos humanos, o Estado moçambicano as-



sume o compromisso, mas depois avança pouco”.

Falando da experiência de monitoria da implementação de instrumentos internacionais adoptados pelo Estado moçambicano, Luís Bitone disse que depois da adopção dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos não houve uma domesticação desse instrumento internacional. “Estamos a falar de incorporar esse instrumento em vários sistemas normativos nacionais. Por exemplo, não existe um instrumento em Moçambique que diz que quando uma empresa se constitui no território nacional deve observar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Poderia ser o Código Comercial ou o Registo das Entidades Legais, mas não está lá. Significa que não houve reforma para incorporar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

Como solução, o Presidente da CNDH aponta para a aprovação de uma estratégia ou plano para a implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Mas reconhece que isso seria difícil de se concretizar, uma vez que Moçambique ainda sequer aprovou o seu plano nacional sobre di-

reitos humanos e a respectiva estratégia. “A nossa Constituição diz que a protecção e promoção dos direitos humanos é um objectivo do Estado. Então, tínhamos que ter um plano ou estratégia com metas e indicadores claros. Há bastante tempo que nós participamos da elaboração desse plano nacional de direitos humanos, mas até hoje ainda não foi aprovado. Temos que operacionalizar esses instrumentos na nossa legislação”.

Além da adopção de instrumentos internacionais, Luís Bitone defende a existência de instituições fortes especializadas, com capacidade técnica, humana, financeira e material para cuidar de matérias relacionadas com negócios, segurança e direitos humanos. “Neste momento as instituições que temos são difusos, no sentido de que não temos instituições especializadas sobre negócios, segurança e direitos humanos. O que acontece é que cada instituição, de forma desordenada, actua na sua área. Por exemplo, temos o Ministério coordenador de direitos humanos, que é o Ministério da Justiça, e que devia ser este a coordenar todas as matérias sobre direitos humanos. Mas o que sentimos é que alguns Ministérios fazem os seus planos sem necessariamente alinhar com o Ministério da Justiça”.

### **“Experiências de Moçambique durante a guerra de 16 anos alimentaram algumas das questões que discutimos hoje na Iniciativa dos Princípios Voluntários”, Alex Vines, Director do Programa África em Chatham House**

“Quando começamos, queríamos algo que pudesse ajudar as empresas a operar em zonas de conflito, e não havia nada na época. Então, decidimos começar a elaborar alguma coisa pensando em como responder às crises que ouvimos esta manhã sobre Nigéria, Colômbia, Gana, etc. Foi assim que surgiu a Iniciativa dos Princípios Voluntários, dos governos americanos e britânicos, de gente como eu. Foi assim que nasceram os Princípios Voluntários e ao longo das décadas algumas coisas mudaram. Algumas ONG entraram, outras saíram, algumas empresas entraram, outras saíram. A iniciativa está evoluindo”, explicou Alex Vines, da Chatham House.

O pesquisador considera ser importante a adesão de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários, lembrando que a ideia dos Princípios Voluntários também partiu de Moçambique. “Eu estava aqui durante a guerra de 16 anos e acom-



panhava as empresas de segurança privada que eram usadas naquela época. Nós observávamos e discutíamos como elas garantem que os direitos humanos não sejam violados. Isto significa que

as experiências de Moçambique estavam alimentando algumas das questões que discutimos hoje na Iniciativa dos Princípios Voluntários. Em 2015 houve um impulso com a constituição do Minis-

tério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e agora estamos avançando para a adesão de Moçambique à Iniciativa dos Princípios Voluntários”.

**“O que faz a diferença é quando a comunidade, o governo, as empresas e a sociedade civil trabalham em conjunto para prevenir conflitos no sector extractivo”, Dr. Alan Bryden, Chefe da Divisão Negócio e Segurança no DCAF**

O DCAF – Centro de Genebra para a Governação do Sector de Segurança apoia a implementação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos há mais de uma década. No evento de alto nível, o DCAF esteve representado por Alan Bryden, também membro da delegação de alto nível da Iniciativa dos Princípios Voluntários que visitou Moçambique. “Todos sabemos que se vamos abordar problemas desafiadores de segurança e direitos humanos enfrentados por países e pessoas, precisamos reunir todos actores envolvidos, e esta iniciativa justamente visa trazer todos os actores à mesa: governos, sociedade civil, sector privado e comunidades”.

O Dr. Alan Bryden destacou a importância e o poder dos Princípios Voluntários por se tratar de uma iniciativa internacional voltada para a acção local. “Esta iniciativa concentra-se directamente em questões de segurança e direitos humanos, segurança pública e segurança privada, questões de segurança das comunidades e questões de governação e transparência. Os Princípios Voluntários fornecem uma estrutura às empresas do sector extractivo que permite manter a segurança das suas operações e o respeito dos direitos humanos das comunidades. Isso é importante porque é a coisa certa a fazer, é importante porque faz parte do que uma empresa precisa fazer para ter a licença social para operar, e é também importante para as empresas, porque se não tiver segurança, como vemos aqui em Moçambique, as operações comerciais não funcionam de forma eficaz”.

O representante do DCAF destacou também a importância da criação dos Grupos de Trabalho



Nacional e de Cabo Delgado, este último focado mais em questões técnicas. Ainda assim, alertou que não é a criação de grupos de trabalho que faz a diferença. “O que faz a diferença é quando você começa a ver a comunidade, representantes do governo, empresas e a sociedade civil tentando encontrar formas de trabalhar em conjunto para prevenir conflitos em torno do sector extractivo”.

Por fim, o Dr. Alan Bryden falou da vontade política do Governo de Moçambique para aderir à Iniciativa dos Princípios Voluntários. “Assistimos a um crescente nível de empenho em Moçambique para com a Iniciativa dos Princípios Voluntários e isso foi manifestado não só pelo Ministério da Justiça, mas pelo próprio Presidente da República, que manifestou este ano o seu apoio. Também nas reuniões que tivemos com o Ministro da Defesa Nacional notamos a vontade existente para seguir em frente”.

**“A indústria extractiva em África tem estado envolvida em várias violações de direitos humanos através da sua segurança privada”, Jamie Williamson, Director Executivo da ICoCA**

Quem também integrou a delegação de alto nível da Iniciativa dos Princípios Voluntários é o Director Executivo da Associação do Código de Conducta Internacional para Provedores de Segurança Privada (ICoCA), Jamie Williamson. A ICoCA é uma organização internacional que reúne governos, organizações da sociedade civil, empresas de segurança privada e observadores para garantir que o Código de Conduta Internacional sobre Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário, especificamente dirigida a empresas de segurança privada, estão a ser respeitados. A ICoCA está sediada em Genebra e integra 120 empresas de segurança privada que operam em cerca de 40 países, incluindo em Moçambique.

“O Código de Conduta Internacional é muitas vezes visto como um mecanismo de implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, ou uma ferramenta para empresas que buscam implementar os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, especialmente no que diz respeito às suas obrigações com empresas de segurança privada. Trabalhamos através de uma combinação de processos, entre visitas e acompanhamentos



para atender clientes e outras entidades”.

Jamie Williamson explicou que a segurança privada para a indústria extractiva é uma preocupação global, pois a sua actuação pode ter impacto negativo para as empresas. “A indústria extractiva em África tem estado envolvida em vários casos de abusos de direitos humanos através dos seus provedores de segurança privada, e isto tem consequências na responsabilidade, na confiança e nas finanças das empresas do sector extractivo”.

**“Graças aos nossos esforços há empresas que estão a tornar-se campeãs em direitos humanos”, Paul Turner, Director da ONG Fundo para a Paz**

“Fico feliz por ver que, por causa dos nossos esforços, as empresas estão a tornar-se campeãs em direitos humanos, e há mais cooperação entre organizações de direitos humanos, sector privado e sociedade civil. Há uma oportunidade única para os três pilares unirem-se neste espaço”, palavras de Paul Turner, Director Executivo da ONG Fundo para a Paz. Paul Turner explicou que o Fundo para a Paz exerce as funções de Secretariado do Grupo de Trabalho sobre os Princípios Voluntários no Gana e que a experiência é bem diferente daquela que foi relatada da República Democrática do Congo e da Nigéria.

“Acho que é uma oportunidade para uma organização estrangeira como o Fundo para a Paz ajudar no processo de implementação dos Princípios Voluntários em Moçambique e partilhar as histórias de sucesso, bem como alguns desa-



fos que esses grupos de trabalho enfrentam. Isso pode ajudar os Grupos de Trabalho de Moçambique a coordenarem e funcionar de forma mais eficaz”.

**“Grupos de Trabalho no terreno fornecem mecanismo para responsabilização e construção de confiança entre as partes interessadas”, Joel Bisina, Director da ONG LITE-Africa**

“O Prof Adriano Nuvunga afirmou que Moçambique é muito rico em recursos naturais. Então, se há recursos, gostemos ou não, eles serão explorados e as comunidades serão afectadas, positiva ou negativamente. A questão é como facilitamos o processo que vai de encontro aos interesses e às necessidades das diversas partes interessadas. É aqui onde os Princípios Voluntários se tornam muito críticos. Assinar os papéis de adesão é muito bom, mas são os grupos de trabalho no terreno que fornecem o mecanismo para responsabilização e construção de confiança entre as partes interessadas”, explicou Joel Bisina, Director da ONG nigeriana Lite-Africa (Iniciativa de Liderança para a Transformação e Empoderamento), que é também o Secretariado do Grupo de Trabalho sobre os Princípios Voluntários no Gana.

Joel Bisina fez saber que num ambiente onde há recursos a serem explorados sempre há uma suspeita mútua. Assim, a implementação dos Princípios Voluntários no terreno através do me-



canismo dos grupos de trabalho abre espaço para as partes interessadas sentarem-se e construírem confiança. “É bom ver o CDD liderando os grupos de trabalho, com o apoio do Governo moçambicano. Sem o apoio do governo há muito pouco que a sociedade civil possa fazer”.



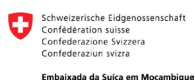




**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

<p><b>Propriedade:</b> CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  <b>Director:</b> Prof. Adriano Nuvunga  <b>Editor:</b> Emídio Beula  <b>Autor:</b> Emídio Beula  <b>Equipa Técnica:</b> Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  <b>Layout:</b> CDD</p>	
<p><b>Contacto:</b>  Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  Telefone: +258 21 085 797</p>	<p> CDD_moz  <b>E-mail:</b> info@cddmoz.org  <b>Website:</b> http://www.cddmoz.org</p>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

